Bancada das armas prepara estratégia

O governo deve enfrentar dificuldade para garantir aprovação do projeto sobre porte de armas

RASÍLIA – Depois de conseguir uma das mais importantes vitórias no Senado na última quarta-feira, o governo vai ter dificuldade para garantir a aprovação, nesta semana, do projeto do Estatuto do Desarmamento na Câmara.

Derrotada no primeiro embate, a chamada bancada das armas articula uma reação para tentar desfigurar ou mesmo impedir a votação do relatório do senador César Borges (PFL-BA), que chegará à Câmara chancelado por uma comissão de deputados e senadores, pela Subcomissão de Segurança e pelo próprio plenário do Senado.

Insatisfeitos com as restrições ao comércio de armas, alguns deputados planejam atacar o relatório de César Borges em di-

versas frentes.

A estratégia do grupo será tentar, inicialmente, inviabilizar o pedido de urgência que o governo pretende aprovar para a tramitação da proposta na Câmara.

Se a manobra não for bem-sucedida, os parlamentares tentarão apresentar emendas ou até substituir o parecer do senador por outro relatório mais frouxo em relação à circulação de armas na sociedade.

"Sou contra botar esse projeto na ordem do dia e em regime de urgência. Tem que passar primeiro pela Comissão de Constituição e Justiça", disse o líder do PTB, Roberto Jefferson (RJ).

Jefferson conversou sobre o

assunto com os líderes do PFL, José Carlos Aleluia (BA), do PMDB, Eunício Oliveira (CE) e do PP, Pedro Henri (MT).

Segundo ele, os três teriam também se manifestado contra a votação, em caráter prioritário. O pedido de urgência foi anunciado pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e confirmado pelo presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP).

João Paulo disse que o relatório seria incluído na pauta de votação. Mas o líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), sustenta que questão só será definida na reunião dos líderes partidários na terça-feira.

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, já faz planos para a fase posterior à aprovação do parecer de Borges.

Segundo o ministro, tão logo a proposta seja transformada em lei, será assinada uma portaria interministerial permitindo que o Ministério da Justiça tenha acesso ao banco de dados sobre armas do Ministério da Defesa.



Aloizio Mercadante pediu urgência na votação do projeto





FHC –O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) disse ontem que a economia brasileira não vive um momento bom, e que o País precisa crescer a taxas anuais de 4% nos próximos 20 anos para atingir uma sociedade de bem-estar comparável a dos países desenvolvidos.







Aluno UVV. Você tem mais dois dias para curtir suas férias.

Dia 30 a gente se encontra.

